

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA****1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO****DIREITOS SOCIAIS E ATOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL****ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DE COORDENAÇÃO****01 DE SETEMBRO DE 2025**

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de 2025, às quatorze horas e trinta minutos, iniciou-se, de forma híbrida, a Décima Quarta Sessão Ordinária de Coordenação, com a participação do Doutor Nívio de Freitas Silva Filho, Coordenador, e dos membros, Doutora Mônica Nicida Garcia e Doutor Oswaldo José Barbosa Silva. Foram objetos de deliberações:

001. Processo: 1.00.000.005009/2025-18 - **Eletrônico**

Relator: Dr. Nívio de Freitas Silva Filho

Ementa: ASSESSORIA JURÍDICA ADMINISTRATIVA DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÃO ENTRE MPF E MPT. SUPOSTA IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO DO ABONO SALARIAL RELATIVO AO ANO-BASE 2021 DECORRENTE DE RESOLUÇÕES DO CODEFAT. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES. MANIFESTAÇÃO DA 1ª CCR PELA ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. REMESSA DOS AUTOS AO GABINETE DO VICE-PGR PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS. 1. Procedimento Administrativo autuado a fim de prestar informações à Assessoria Jurídica Administrativa do PGR acerca de conflito negativo de atribuição suscitado pela Procuradoria do Trabalho no Município de Imperatriz/MA, em razão do declínio de atribuição formulado pelo Procurador da República da Procuradoria da República no Município de Imperatriz/MA no âmbito da Notícia de Fato nº 1.19.001.000010/2023-11. 2. Na origem, trata-se de suposta irregularidade no pagamento do abono salarial referente ao ano base de 2021, com a edição da Resolução 896/2021 e da Resolução 968/2022, ambas do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). 3. Verifica-se que a matéria versa sobre a legalidade de atos normativos de alcance nacional, editados por órgão colegiado da administração pública federal (CODEFAT), com reflexos diretos sobre o pagamento de benefício de natureza trabalhista e social (abono salarial). Nesse

contexto, não se vislumbra apenas a apuração de eventual violação de direitos individuais ou coletivos no âmbito restrito de uma relação de trabalho específica, hipótese que, em tese, atrairia a atribuição do Ministério Público do Trabalho, mas de controle da legalidade e da constitucionalidade de atos normativos federais, matéria de atribuição típica do Ministério Público Federal, conforme dispõe o art. 109, I, da Constituição Federal e o art. 6º, VII, “b”, da Lei Complementar 75/93. Ademais, a controvérsia envolve questionamento sobre possível afronta a direitos fundamentais de trabalhadores em escala nacional, com natureza difusa e reflexos orçamentários, o que demanda atuação voltada ao controle da administração pública federal em sentido amplo, atribuição que, nos termos da LC 75/93, é conferida ao MPF. 4. Manifestação da 1ª CCR pela atribuição do feito ao MPF, com encaminhamento dos autos ao Gabinete do Vice-Procurador-Geral da República para as providências que entender cabíveis. 5. Inclua-se o feito em Pauta de Coordenação para deliberação do Colegiado.

**Deliberação:** O Colegiado da 1ª CCR, à unanimidade, manifestou-se pela atribuição do feito ao MPF, nos termos do voto do Relator, o Subprocurador-Geral da República Nívio de Freitas Silva Filho. Encaminhe-se os autos ao Gabinete do Vice-Procurador-Geral da República para as providências que entender cabíveis.

002. Processo: 1.00.000.004286/2025-11 - **Eletrônico**

**Relator:** Dr. Nívio de Freitas Silva Filho

**Ementa:** Minuta de Protocolo de Atuação do NUPIA/MPF. Remessa para considerações da 1ª Câmara. Proposta de cooperação entre o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição e estruturas de assessoramento, coordenação e revisão do MPF. Pelo envio ao Núcleo de cópia da Resolução CSMPF nº 242/2024 para conhecimento e compatibilização normativa.

**Deliberação:** O Colegiado da 1ª CCR, à unanimidade, tomou conhecimento da Minuta de Protocolo de Atuação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público Federal (NUPIA/MPF), nos termos do voto do Relator, o Subprocurador-Geral da República Nívio de Freitas Silva Filho. Encaminhe-se cópia da Recomendação 242/2024 ao Núcleo para assegurar compatibilidade sistêmica e coerência institucional com o protocolo sugerido. Arquive-se.

003. Processo: 1.00.000.005676/2025-09 - **Eletrônico**

**Relatora:** Dra. Mônica Nicida Garcia

**Ementa:** COORDENAÇÃO. Minuta de recomendação elaborada por membro do MPF e encaminhada pelo Procurador-Geral da República à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão. Competência para expedição de recomendações atribuída às Câmaras, nos termos da Portaria PGR/MPF nº 567/2014. Proposta voltada ao diagnóstico e enfrentamento de vazios assistenciais e à promoção da transparência nas filas de regulação do SUS. Necessidade de avaliação conjunta com demais sugestões institucionais no contexto do Planejamento Anual de Atuação da 1ª CCR para o exercício de 2026. Encaminhamento à Secretaria-Executiva para inclusão na consolidação de propostas. Comunicação ao membro interessado e arquivamento.

**Deliberação:** O Colegiado da 1ª CCR, à unanimidade, tomou ciência da minuta de recomendação elaborada por membro do MPF, nos termos do voto da

Relatora, a Subprocuradora-Geral da República Mônica Nicida Garcia. Encaminhe-se cópia à Secretaria Executiva da 1ª CCR para que as sugestões constantes do documento sejam incluídas no rol de demandas de atuação a ser oportunamente apreciado pelo Colegiado, no âmbito do PGEA - 1.00.000.005679/2025-34, que definirá as prioridades temáticas do próximo exercício. Dê-se ciência ao membro oficiante com convite para integrar a Comissão de Saúde. Arquive-se.

004. Processo: 1.00.000.005678/2025-90 - **Eletrônico**

Relator: Dr. Nívio de Freitas Silva Filho

Ementa: COORDENAÇÃO. PROCESSOS ESTRUTURAIS. SAÚDE. EDUCAÇÃO. Recomendação de Caráter Geral nº 5/2025 do CNMP, que determina a identificação e o tratamento, como estruturais, dos casos que envolvam desconformidades complexas e contínuas, demandando reorganização institucional ou reconstrução de políticas públicas. Recepção do instrumento como diretriz do Planejamento Anual de Atuação. Deliberação pela instituição de estrutura colegiada destinada a identificar casos estruturais nas áreas da Saúde e da Educação, em observância aos temas assinalados no art. 1º da Recomendação, atribuídos à 1ª Câmara/MPF. Consulta de referências a atuações estruturais entre as boas práticas destacadas nas Correições do MPF, realizadas no 1º semestre de 2025. Proposição de, ao menos, uma capacitação sobre o tema em 2026. Ciência ao CNMP, à Corregedora-Geral do MPF, ao Procurador-Geral da República e aos membros das estruturas colegiadas de apoio da 1ª CCR. Encaminhamento dos autos à Secretaria-Executiva para as providências cabíveis.

Deliberação: O Colegiado da 1ª CCR, à unanimidade, tomou ciência da Recomendação de Caráter Geral nº 5/2025 do CNMP e deliberou por recepcioná-la como diretriz do seu Planejamento Anual de Atuação. Decidiu, ainda, instituir estrutura colegiada destinada à identificação de casos estruturais nas áreas da Saúde e da Educação, promover consulta sobre atuações estruturais a partir das boas práticas destacadas nas Correições do MPF realizadas no 1º semestre de 2025 e propor, para 2026, ao menos uma capacitação sobre o tema. Dê-se ciência ao CNMP, à Corregedora-Geral do MPF, ao Procurador-Geral da República e aos membros das estruturas colegiadas de apoio da 1ª CCR. Por fim, encaminhem-se cópia da decisão à Secretaria Executiva para as providências cabíveis, nos termos do voto do Relator, o Subprocurador-Geral da República Nívio de Freitas Silva Filho.

005. Expediente: PGR-00324532/2025 - **Eletrônico**

Relator: Dr. Nívio de Freitas Silva Filho

Ementa: Inscrição no Prêmio República da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), da atuação do MPF na ação judicial nº 5000518-10.2023.4.03.6003, conhecida como “Caso Eldorado”, pelo procurador da República Dr. Michel Francois Drizul Havrenne, coordenador do CT Terras Públicas.

Deliberação: O Colegiado da 1ª CCR, à unanimidade, tomou ciência da inscrição do “Caso Eldorado” no Prêmio República da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Dê-se ciência ao Coordenador do Comitê Terras Públicas da 1ª CCR, o Procurador da República Michel Francois Drizul Havrenne.

006. Expediente: PGR-00316576/2025 - **Eletrônico**

Relator(a): Dr. Nívio de Freitas Silva Filho

Ementa: Convite da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU para envio de contribuição, com indicação de temas, ao Plano de Atividades Acadêmicas 2026. Curso prioritário indicado pela 1CCR - Processos Estruturais e o Papel dos Órgãos e Instâncias de Apoio, Articulação, Coordenação e Revisão do Ministério Público à Luz da Recomendação de Caráter Geral nº 5/2025 do CNMP. Outros temas também foram apresentados, quais sejam: "Curso Avançado de Excel - Tabelas Dinâmicas", "Saúde, Educação, Patrimônio Público, Previdência e Assistência Social", "MPEduc "Educação", "Judicialização da saúde pública: o novo cenário após as Súmulas Vinculantes 60 e 61 do STF", "Seleção de lideranças públicas - como promover pessoas de modo assertivo?", "Atuação do Ministério Público Federal relativamente à Política Nacional de Assistência Oncológica: integralidade do cuidado, regulação e navegação assistencial" e "Regularização fundiária na Amazônia legal". Dê-se ciência do documento com a relação das capacitações apresentadas pela 1ª Câmara às estruturas de apoio colegiadas para envio de sugestões. Dê-se ciência via ofício à ESMPU do curso prioritário indicado.

Deliberação: O Colegiado da 1ª CCR, à unanimidade, tomou ciência das propostas de cursos apresentadas por servidores e membros vinculados a esta Câmara em resposta ao formulário encaminhado pela ESMPU, destinado à elaboração do seu plano de atividades acadêmicas de 2026. Deliberou, ainda, eleger como prioritária a capacitação proposta em nome do Coordenador da 1ª CCR, intitulada "*Processos Estruturais e o Papel dos Órgãos e Instâncias de Apoio, Articulação, Coordenação e Revisão do Ministério Público à Luz da Recomendação de Caráter Geral nº 5/2025 do CNMP*". Dê-se ciência aos integrantes das estruturas colegiadas de apoio da 1ª CCR. Encaminhe-se ofício à ESMPU para conhecimento da presente deliberação.

(assinado eletronicamente)  
**NÍVIO DE FREITAS SILVA FILHO**  
Subprocurador-Geral da República  
Coordenador da 1ª CCR/MPF

(assinado eletronicamente)  
**MÔNICA NICIDA GARCIA**  
Subprocuradora-Geral da República  
Membro Titular

(assinado eletronicamente)  
**OSWALDO JOSÉ BARBOSA SILVA**  
Subprocurador-Geral da República  
Membro Titular



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00335435/2025 ATA nº 14-2025**

.....  
Signatário(a): **NIVIO DE FREITAS SILVA FILHO**

Data e Hora: **03/09/2025 14:25:37**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **MONICA NICIDA GARCIA**

Data e Hora: **03/09/2025 17:32:25**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **OSWALDO JOSE BARBOSA SILVA**

Data e Hora: **04/09/2025 17:02:59**

Assinado em nuvem

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3e6837fb.329433d9.ef5458c4.b7618133